

O problema do lucro distribuível

Nilton Facci¹

Ademir Massahiro Moribe²

Resumo: O dinamismo do mercado exige das empresas a manutenção positiva de sua continuidade. Para isso elas necessitam de recursos que, em princípio, proporcionam menor retorno, ou seja, a integralização de capital. Não obstante, conforme observa Pimentel (1986), quando os investidores de capital verificam a existência de lucros, tendem a retirar tais recursos, provocando, talvez, a perda da capacidade da empresa em continuar a proporcionar os rendimentos que até então existiam, seja pela diminuição da liquidez financeira (capital monetário) seja pela diminuição da capacidade em melhor aplicar os ativos disponíveis (capital operacional). Para que a capacidade de gerar rentabilidade permaneça, a empresa deverá estabelecer valores que, para Pimentel (1986), precisam atender às suas necessidades juntamente com as dos investidores. A empresa também precisa observar que a manutenção de apenas um desses dois segmentos poderá prejudicar sua continuidade.

Palavras-chaves: continuidade, distribuição; lucro.

The question of distributable profits

Abstract: The dynamism of the market requires, from the companies, positive maintenance of its continuity. For this purpose, they need resources, in a first moment, that doesn't demand too much return, in another words, payment of subscribed capital.

However, as remarks Pimentel (1986), when the capital investors verify the existence of profit, they tend to withdraw, causing, maybe, the loss of the company capacity to keep providing the productivity that was being generated,

¹Docente do Cesumar

²Docente da UEM

until then, either by the decrease of financial liquidity Monetary Capital, or by decrease of the capacity of better apply of the available assets Operational Capital.

To maintain the capacity to generate earning power, the company should establish values that, for Pimentel (1986), need to attend to its needs, as to the investors¹. It has to observe that the maintenance of only one of them could damage its continuity.

Keywords: Continuity – Distribution - Profit

1. Introdução

A rápida evolução dos recursos da tecnologia da informação e da dinâmica do mercado tem levado as empresas a novos padrões de referência no processo de gestão, os quais realçam técnicas baseadas em metodologias referentes a diretrizes que enfocam a competitividade, relações com clientes e fornecedores, organização dos processos internos, entre outros aspectos.

Este contexto tem incentivado estudos sobre a capacidade da empresa de manter-se no mercado, gerando riqueza para sua sobrevivência e remunerando adequadamente os sócios ou investidores.

Nestas circunstâncias do processo evolutivo da empresa e do mercado, que deveriam caminhar no mesmo contexto, é que surge o dilema: caso seja sócio ou acionista de uma empresa, como definir o valor a ser retirado como lucro de modo a não prejudicar a capacidade da geração da riqueza da empresa? Em qual momento esta retirada deve, ou pode, ser efetivada?

Diante destes aspectos, Iudícibus (2003), quando fala de sua preocupação sobre o valor correto a ser transferido aos acionistas na forma de distribuição de lucros, ressalta que até mesmo para a classe contábil é difícil definir este valor.

Esta preocupação é caracterizada por dois fatores básicos:

- 1) o justo rendimento do investimento realizado pelos acionistas/quotistas; e,
- 2) a interferência nas atividades normais da empresa, que pode prejudicar a continuidade das operações.

Comentando o primeiro aspecto, pergunta-se: qual o valor que remunera, verdadeiramente, os recursos investidos pelos proprietários do capital?

Sobre o segundo aspecto, a questão a saber é: qual o valor que não interfere, de forma relevante, nos recursos financeiros disponíveis?

Sobre estas questões, Jaloretto (1992:1) comenta: "Assim, a construção das informações que servirão de base à decisão de quanto distribuir deve permitir a avaliação da forma de se preservar a manutenção da riqueza ou do capital investido e conseqüentemente a continuidade da empresa".

Vemos em seu estudo a preocupação básica com a continuidade da empresa e, acima de tudo, com a criação e geração de riquezas.

Por outro lado, no estudo elaborado por Pimentel (1986), vemos que, além de se preocupar com a continuidade da empresa, o autor procura identificar um valor a ser distribuído que remunere satisfatoriamente os investimentos realizados pelos acionistas/quotistas.

Assim, a correta identificação do valor do lucro a distribuir enseja dificuldades, pois a Contabilidade define lucro como a diferença entre os recursos obtidos nas relações comerciais operacionais da empresa e os recursos despendidos (receitas menos despesas).

Não obstante, quando procuramos identificar este lucro, mesmo sob o enfoque contábil, dúvidas poderão pairar quando começarmos a analisar diferentes critérios de avaliação e mensuração dos ativos, os recursos obtidos e os recursos despendidos. O macroambiente em que a empresa está inserida produz de maneira dinâmica um conjunto de riquezas que leva a novas configurações acerca de produtos, serviços, tecnologias etc. e fazem-na mensurar seus ativos em termos adequados ao potencial deste mercado.

Pimentel (1986:5) ressalta, além dos fatores citados, que:

O ponto crucial de toda a polêmica em torno dos atuais critérios de avaliação patrimonial diz respeito à utilização da moeda como unidade de medida. Sendo a moeda também utilizada na economia como reserva de valor e como meio de pagamento, é comum confundir-se a natureza da função por ela exercida nos Relatórios Contábeis. Como toda unidade de medida, a moeda utilizada com esta função necessita ter um padrão de referência imutável, a fim de que as grandezas por ela mensuradas possam ser interpretadas com exatidão.

Iudícibus (2003) também ressalta este fato da correta identificação do resultado, visto que, se existem dúvidas quanto à avaliação dos ativos consumidos nas operações produtivas e comerciais, assim como dúvidas na

mensuração dos passivos, os resultados, fruto do relacionamento destes elementos patrimoniais, também são colocados em dúvida.

Este aspecto é ressaltado nos estudos sobre o ativo e sobre o passivo, no capítulo que trata do Núcleo Fundamental da Teoria Contábil.

Também Tinoco (1992:1), acerca dos problemas na avaliação patrimonial, comenta que "dúvida não padece que o tema tratado neste artigo, a avaliação a valores de entrada e saída, é um assunto extremamente controvertido entre os teóricos da contabilidade".

Tinoco (1992) apresenta também vários estudos efetuados por pesquisadores, alguns dos quais, como Edwards e Bell, Sweeney e Hendriksen, defendem que as avaliações devem ser a valores de entrada. Outros defendem a avaliação a valores de saída, como Chambers, Sterling e Kenneth Mac Neal.

Para demonstrar estes critérios, o autor expôs três enfoques. O primeiro apresenta uma proposição sua, utilizando estudo desenvolvido por Staubus, com observações sobre os critérios definidos pela Lei 6.404/76, destacando os valores de saída. O segundo, pesquisado por Largay e Livingstone, destaca o custo corrente corrigido. O terceiro destaca o *valor realizável líquido* como o melhor critério para as avaliações, embora, como ressalta, seja deficiente quanto à *convenção da objetividade*, pela dificuldade em atender a critérios de auditoria.

Especificamente sobre o lucro distribuível, desenvolvemos este texto com base em estudo efetuado por Pimentel (1986), no qual o autor, além de discutir os vários critérios de avaliação dos ativos, procura identificar o resultado correto.

Identificando este resultado, o mesmo autor desenvolve também estudos para a determinação do *lucro passível de distribuição*, no intuito de atender à rentabilidade dos investidores (acionistas/quotistas) e, ao mesmo tempo, permitir a continuidade da empresa.

2. Conceito de lucro distribuível

Quando se objetiva definir lucro distribuível deve-se, obrigatoriamente, definir lucro e também o que vem a ser capital.

Este aspecto é importante, pois, conforme observa Szuster, citado por Pimentel (1986:8), "uma das funções mais importantes desempenhadas pela Contabilidade é a apuração do resultado empresarial".

O autor (1986:8) comenta que "em relação ao lucro, serão abordados os conceitos da Teoria da Contabilidade, levando-se em conta a continuidade das

operações da empresa e a preservação do poder de compra dos seus proprietários”.

Assim sendo, entende-se lucro como a diferença positiva conseguida pela empresa em suas operações (receitas menos despesas), desde que mantido o capital.

Esses dois aspectos sobre capital ocorrem quando estabelecemos que capital é a somatória de todos os ativos da empresa, entendendo que, ao ser explorado em sua capacidade de gerar recursos, proporcionará o lucro a ser distribuído.

Assim, define-se capital monetário ou financeiro como aquele representado pelos ativos avaliados a valores históricos ou a histórico corrigido pelos índices que identificam a variação média de preços ocorrida na economia.

Quando se pretende preservar o capital monetário, opta-se por manter os valores monetários, e não quais os elementos patrimoniais formadores do ativo (capital físico). Por outro lado, quando se pretende manter o capital físico, opta-se pela manutenção da capacidade operacional, traduzida no volume de riqueza gerado pelos elementos físicos formadores do ativo.

Ainda, conforme Pimentel (1986:48), “tal raciocínio é corrente com o pressuposto de que a empresa permaneça em atividade, devendo, para tanto, efetuar a reposição dos seus ativos (...) o lucro só será reconhecido depois de assegurada à manutenção da sua capacidade operacional específica, representada pelo conjunto de seus ativos”.

Para este texto, volta-se a ressaltar, o objetivo é a identificação do lucro a ser distribuído, no enfoque de não prejudicar a continuidade da empresa.

Sobre este aspecto, Ponte (1998) discute o resultado que a Contabilidade identifica, quando fixa seus procedimentos nos ditames da estrutura básica conceitual da Contabilidade. Em seu estudo, o aludido autor cita David Solomons, quando este faz o seguinte comentário sobre lucro contábil e lucro econômico:

“LUCRO CONTÁBIL:

(+) Mudanças não realizadas no valor dos ativos tangíveis ocorridas durante o período, acima ou abaixo das mudanças reconhecidas pela depreciação dos ativos fixos e remarcações nos inventários.

(-) Montantes realizados neste período referentes a mudanças de valor de ativos tangíveis ocorridas em períodos anteriores e que não foram reconhecidas em tais períodos.

(+) Mudança no valor dos ativos intangíveis durante o período (Goodwill).

(=) LUCRO ECONÔMICO.”

Daf inferimos que quando se busca o lucro a distribuir, vários aspectos são importantes, tais como:

- a) Qual é o lucro correto da empresa?
- b) Qual o real crescimento da riqueza líquida?
- c) Identificado o lucro, qual o valor a distribuir?
- d) Qual o momento mais propício a efetivar a distribuição do lucro?
- e) Distribuir como dividendos ou como bonificações em ações?

Serão comentados, a seguir, alguns aspectos inerentes à distribuição de lucro e seus efeitos sobre o capital operacional.

3. Lucro distribuível para manutenção do capital físico

Citando Szuster, Pimentel (1986:49) denomina *capital físico* como *capital operacional*, e procura manter o poder aquisitivo desta capacidade, mesmo que a estrutura física se altere, utilizando para este fim o conceito do *lucro distribuível máximo* (LDM).

Ele compara o patrimônio líquido existente no final do período com o valor do ativo líquido, denominado também de *capacidade operacional a ser mantida*, mensurando-o através do método do *custo corrente de reposição* na avaliação dos elementos patrimoniais.

Para encontrar o LDM, o autor procura identificar, em primeiro lugar, o valor passível de distribuição (VPD), o que podemos entender como o lucro que poderá ser distribuído. Em seguida identifica o que denomina *lucro-base*, o qual se baseia na *demonstração do resultado do exercício*, utilizando o *critério do custo corrente corrigido*, que é composto da seguinte estrutura:

1. Vendas líquidas
2. CMV (custos das mercadorias vendidas)
3. Lucro bruto corrente corrigido
4. Despesas operacionais (administrativas e de vendas)
5. Outras receitas e despesas
6. Ganhos s/ passivos monetários (calculados sobre passivos sem encargos)
7. Perdas s/ ativos monetários (calculadas sobre os ativos sem rendimentos)

8. Receitas financeiras líquidas
9. Despesas financeiras líquidas
10. Imposto de renda
11. LUCRO-BASE
12. Economias (deseconomias) de custo realizadas.
13. Lucro realizado
14. Ganhos (perdas) de capital não realizados.
15. Lucro líquido corrente corrigido.

Pimentel (1986) procura demonstrar que, tanto através de uma abordagem estática (LDM) quanto através de uma abordagem dinâmica (VPD), pode-se identificar o lucro distribuível. Ele utiliza o lucro-base para conciliar as duas abordagens.

Na opção pelo VPD estão contidos possíveis ganhos ou perdas de capital (realizados ou não), pois o patrimônio líquido final será a soma dos ativos avaliados a custo de reposição, diminuídos dos passivos exigíveis até a data.

Já na opção pelo lucro-base, vemos que o lucro líquido corrente corrigido resulta do lucro-base ajustado por ganhos e perdas de capital não realizados e ganhos e perdas na manutenção de estoques.

Utilizando como base algumas aplicações práticas do método de Szuster, constantes no estudo de Pimentel, apresentaremos a seguir exemplos de cálculos para identificar o lucro distribuível.

4. Apresentação do lucro distribuível máximo

O exemplo apresenta uma D.R.E. com três colunas, nas quais estão expressos os valores correspondentes ao custo corrente corrigido (CCC), ao custo histórico corrigido (CHC) e ao custo histórico (CH).

No balanço patrimonial serão expressos apenas os valores correspondentes ao custo corrente corrigido, eleito como o de maior relevância.

EXEMPLO 01. Capacidade operacional financiada por recursos próprios: Considera-se a hipótese de uma empresa que foi constituída em 31.12.X0, apresentando o seguinte balanço:

ATIVO	PATR. LÍQUIDO
Estoques \$4.000,00	Capital \$4.000,00

- a) Os estoques são compostos de 10 unidades (quantidade de estoques iniciais - QEI)
- b) Em 31.12.X1 foram vendidas duas unidades à vista, por \$710,00 cada.
- c) Em 31.12.X1 a empresa incorreu em despesas operacionais de \$400,00.
- d) A capacidade básica a ser mantida refere-se a 10 unidades de estoque (quantidade de estoques básicos - QEB).

e) Outros dados,

Data	IGP	Coefficiente (fatores de conversão para 31.12.X1)	custo corrente dos estoques
Dez/X0	100	1,12	\$400,00
Dez/X1	112	1,00	\$460,00

Com base nos dados acima, são elaboradas as demonstrações financeiras de acordo com os três métodos anteriormente mencionados (CCC, CHC e CH).

D.R.E. - (Período de Jan/X1 a Dez/X1)

CONTAS	CCC	CHC	CH
Vendas (CCC: 2x710,00)	1.420,00	1.420,00	1.420,00
CMV (CCC: 2x460,00)	(920,00)	(896,00)	(800,00)
LUCRO BRUTO	500,00	524,00	620,00
Desp.operacionais	(400,00)	(400,00)	(400,00)
Ganhos/perdas Monetários	Itens	-	-
LUCRO BASE	100,00	-	-
Economia de custo Realizada	24,00	-	-
Lucro Realizado	124,00	-	-
r	96,00	-	-
Lucro Líquido	220,00	124,00	220,00

BALANÇO EM 31/DEZ/X1

CONTAS	CCC	CHC	CH
Caixa	1.020,00	1.020,00	1.020,00
Estoques (8 unidades)	3.680,00	3.584,00	3.200,00
ATIVO	4.700,00	4.604,00	4.220,00
Capital	4.480,00	4.480,00	4.000,00
Lucros acumulados	124,00	124,00	220,00
Realizados			
Ganhos de estocagem não realizados	96,00	-	-
PATRIMÔNIO LIQUIDO	4.700,00	4.604,00	4.220,00

4.1 Explicações do custo corrente corrigido e do custo histórico corrigido:

1) Custo corrente corrigido:

1.1 - Vendas: este aspecto não se modifica, pois vendas são valores históricos e correntes na data de 31.12.X1.

1.2 - CMV = valor corrente/reposição na data de 31.12/x1 \$ 460,00, então $2 \times \$460,00 = \$920,00$.

1.3 - Despesas operacionais - *idem* vendas.

1.4 - Ganhos/perdas itens monetários = não existem ativos e/ou passivos monetários.

1.5 - Economia de custo realizada (ganho na manutenção de estoques) = valor das unidades vendidas, a CCC = $2 \times \$460,00 = \$920,00$; menos valor das unidades vendidas a CHC = $2 \times \$448,00 = \$896,00$, então, a diferença de \$24,00 significa um ganho realizado na manutenção destes estoques.

1.6 - Ganhos-estocagem não realizados = valor das unidades em estoque final, a CCC = $8 \times \$460,00 = \$3.680,00$; menos o valor a CHC = $8 \times \$448,00 = \$3.584,00$, então a diferença de \$96,00 significa um ganho não realizado.

1.7 - Somando-se os dois ganhos (\$24,00 + \$96,00), obteremos o valor de \$120,00, que é justamente a diferença entre as 10 unidades iniciais avaliadas a CCC ($10 \times \$460,00 = \$4.600,00$), menos a avaliação ao CHC ($10 \times \$448,00 = \$4.480,00$)

4.2 Análise das movimentações:

1 - Apuração do valor passível de distribuição (VPD):

- a. Patrimônio líquido final - \$4.700,00
 b. Capacidade operacional.
 Estoques: 10 unid. x \$460 - (\$4.600,00)
 VPD.....\$100,00

2 - Diferença a conciliar: VPD - Lucro-base = \$100,00 - \$100,00 = \$0

3 - Admitindo-se a hipótese de distribuição integral do LDM, o balanço em 31/ dez/X1 ficaria assim:

Contas (em \$)	
Caixa.....	920,00
Estoques.....	3.680,00
Ativo.....	4.600,00
Capital.....	4.480,00
Lucros acumulado.....	24,00
Ganhos-estocagem.....	96,00
Patrimônio líquido.....	4.600,00

EXEMPLO 02

A empresa foi constituída em 31/dez/X0, apresentando o seguinte balanço.

ATIVO		PATR. LIQUIDO	
Caixa.....	\$20.000,00	Capital.....	\$40.000,00
Estoques (20 unid).....	\$20.000,00		
TOTAIS.....	\$40.000,00		\$40.000,00

1) A capacidade a ser mantida é assim constituída:

Caixa.....	\$6.000,00
Estoques (34 unidades x 1.000).....	\$34.000,00
TOTAL.....	\$40.000,00

2) Em 30/jun/X1 foram adquiridas mais 14 unidades de estoque por \$1.120,00 cada.

3) Em 31/dez/X1 foram vendidas 30 unidades por \$2.000,00 cada.

4) A empresa aplica todo o saldo existente em caixa a uma taxa idêntica à variação do IGP.

5) Outros dados:

Data	IGP	Coefficiente	Custo corrente dos estoques
Dez/X0	100	1,12	\$ 1.000,00
Jun/X1	100	1,04	\$ 1.120,00
Dez/X1	112	1,00	\$ 1.200,00

D. R. E. - Período Jan/X1 a Dez/x1.

CONTAS	CCC	CHC	CH
Vendas (CCC: 34X2.000,00)	68.000,00	68.000,00	68.000,00
CMV (CCC: 34 X 1.200,00)	(40.800,00)	(38.707,20)	(35.680,00)
LUCRO BRUTO	27.200,00	29.292,80	32.320,00
Receita financeira líquida	-	-	1.772,80
LUCRO BASE	27.200,00	-	-
Economia de custo realizada	2.092,80	-	-
Lucro realizado	29.292,80	-	-
Ganho-estocagem não realizado	-	-	-
Lucro líquido	29.292,80	29.292,80	34.092,80

4.3 Explicação do custo corrente corrigido / custo histórico corrigido

1) Receita financeira líquida (saldo utilizado conta caixa)

Saldo inicial = \$20.000,00 x 1,12 = \$22.400,00

Gastos = \$15.680,00 x 1,04 = \$16.307,20

Receitas = \$68.000,00 x 1,00 = \$68.000,00

TOTAL.....\$72.320,00 \$74.092,80

Diferença (receita financeira líquida) = \$74.092,80 - \$ = \$72.320,00 = \$1.772,80

2) Economia de Custo Realizada nos Estoques:

Valor das unidades vendidas a CCC = 34 x \$1.200,00 = \$40.800,00; menos valor das unidades vendidas a CHC = 34 x \$1.138,45 = \$38.707,20, então \$40.800,00 - \$38.707,20 = \$2.092,80, ou:

Movimentação dos estoques (em \$)

EVENTO	CH	CHC
Saldo inicial	20.000	20.000,00 x 1,12 = 22.400,00
Compras	15.680	15.680,00 x 1,04 = 16.307,20
CMV	35.680	38.707,20
CMV (CCC)	---	34 x 1.200 = 40.800,00
Saldo final	000	000
Ganho	---	40.800,00 - 38.707,20 = 2.092,90

BALANÇO PATRIMONIAL (em \$)

CONTA	CCC	CHC	CH
Caixa	74.092,80	74.092,80	74.092,80
ATIVO	74.092,80	74.092,80	74.092,80
Capital	44.800,00	44.800,00	40.000,00
Lucros acum. realizados	29.292,80	29.292,80	34.092,80
PATR.LIQUIDO	74.092,80	74.092,80	74.092,80

4.4 Análise das movimentações:

1 - Apuração do VPD:

a) Patrimônio líquido final = \$74.092,80

b) Capacidade operacional

Caixa..... \$6.000,00 x 1,12 = \$6.720,00
 Estoques: 34 unid x \$1.200,00 = ~~\$40.800,00~~ = \$47.520,00
 e) VPD = \$74.092,80 - \$47.520,00 = \$26.572,80

2 - Diferença a conciliar: LUCRO BASE - VPD = \$27.200,00 - \$26.572,80 = \$627,20

Em razão da movimentação apenas de um ativo não monetário (estoques), a diferença está justamente no ajuste das compras, pois \$627,20 correspondem à perda monetária entre a data do balanço inicial (\$20.000,00) e a da compra (\$15.680,00), por não manter a quantidade mínima necessária para a capacidade operacional identificada (34 unidades).

Explicação numérica:

Saldo inicial de estoques: \$20.000,00 x 1,12 = \$22.400,00 / 20 unid = \$1.120,00
 Compras \$15.680,00 x 1,04 = \$16.307,20 / 14 unid = (\$1.164,80)
 TOTAIS \$35.680,00 \$38.707,20 \$44,80
 X 14 unid = \$627,20

O custo unitário inicial corrigido é de \$1.120,00 (\$1.000,00 x 1,12). Colocando-o à frente do custo unitário na compra, também corrigido de \$1.164,80 (\$1.120,00 x 1,04), podemos identificar os \$44,80 claramente, que são por isso, um ganho não efetivado. Como a empresa necessitou adquirir mais 34 unidades, gastou a mais, corrigido, o valor de \$627,20 (34 x \$44,80).

Assim, distribuído o VPD de \$26.572,80, teremos o seguinte balanço final, em \$:

Caixa.....	47.520,00
ATIVO.....	47.520,00
Capital.....	44.800,00
Lucros acum. realizados.....	2.720,00 (2.092,80 + 627,20)
PATR. LIQUIDO.....	47.520,00

Neste exemplo vemos que, ao distribuir o VPD, que é idêntico ao LDM, a empresa estará atendendo tanto às suas necessidades operacionais quanto ao valor monetário do ativo, pois, é maior do que a capacidade a ser mantida.

Os exemplos acima, de forma simples, identificam os lucros que poderão ser distribuídos, além de demonstrar também lucros diferentes, quando avaliamos os elementos patrimoniais sob diferentes critérios.

Além deste aspecto, dependendo do critério a ser utilizado, o lucro a ser distribuído também apresenta diferentes valores (abordagem estática - VPD, abordagem dinâmica – lucro-base ajustado).

Outro aspecto importante, quando se procura identificar o lucro a distribuir: se distribuisse o lucro evidenciado no custo histórico, o que poderia ocorrer com a empresa? Sobrariam apenas \$10.000, o que poderia prejudicar a continuidade operacional, por ser menor em R\$7.520,00 em relação ao capital operacional identificado.

Diante destes fatos, Pimentel (1986) apresenta uma terceira opção, à qual denomina “Método Temporal”, que será apresentado a seguir.

5. Método temporal

Sobre a correção dos valores históricos registrados pela contabilidade, Pimentel (1986:255) ressalta que “ao aplicarmos um índice de preços para reajustar o valor de um elemento patrimonial, na verdade estamos fazendo a conversão de uma unidade de medida de natureza monetária para uma unidade de medida física (poder de compra da moeda, representada pelos bens e serviços que ela pode adquirir).”

O autor considera que apenas a conversão não é suficiente, quando afirma que “assim, não basta que os elementos patrimoniais tenham seus valores expressos por uma única moeda, é necessário também que esta moeda esteja expressa em termos de poder aquisitivo constante.” (1986:256).

Assim, mesmo diante deste avanço nas informações geradas pela contabilidade, nem sempre é possível uma clara evidência dos efeitos inflacionários nos elementos patrimoniais.

Além deste aspecto, quando assumimos como fator relevante a manutenção do poder geral de compra do proprietário da entidade (capital monetário ou capital físico), levamos em consideração que os ganhos e perdas monetários acontecem em virtude do período durante o qual os elementos patrimoniais ficam expostos aos efeitos inflacionários.

Levando este aspecto em consideração (transcurso do tempo) é que Pimentel (1986) desenvolve seu “Método Temporal,” onde procura evidenciar o *poder geral de compra* (PGC) da entidade.

O autor ainda esclarece que, além do transcurso do tempo, de um modo geral, o procedimento para conversão monetária de acordo com o Método Temporal restringe-se aos critérios adotados pela técnica da correção integral das demonstrações contábeis.

Para demonstrar o funcionamento do Método Temporal, a seguir apresentamos um exemplo.

Descrição do Caso: Balanço em 31/dez/X0

ATIVO	PASSIVO
Caixa.....2.000,00	Fornecedores..... 8.000,00
Valores a receber.....16.500,00	
Empréstimos..... 10.000,00	
Moeda nacional.....3.000,00	Capital.....30.500,00
Moeda estrangeira..... 3.500,00	Lucros Acumulados..... 6.000,00
Estoques (10 und).....15.000,00	
Ações (100 und)..... 6.000,00	
Terrenos..... 25.000,00	
TOTAIS.....54.500,00.....54.500,00	

Outros dados:

- 1) O estoque refere-se a um tipo único de produto, e as ações correspondem à participação numa única sociedade, ambos adquiridos em 31/dez/X0.
- 2) Os empréstimos foram obtidos ao custo de 15% ao ano, mediante cláusula de correção monetária de acordo com a variação do IGP.
- 3) Ao retornar às atividades em 01/jan/X2, o proprietário solicita a elaboração de um balanço patrimonial e de um demonstrativo de resultado, a fim de ficar conhecendo os reais efeitos da desvalorização da moeda e das variações específicas de preços, que durante o ano findo em 31/dez/X1 tinham apresentado o seguinte comportamento:

Data	IGP	Estoque	Ações	Terrenos	Taxa de Câmbio
Dez/X0	100	\$15.000,00	\$6.000,00	\$25.000,00	\$1,30
Dez/X1	112	\$24.000,00	\$1.000,00	\$40.000,00	\$1,80

Para auxiliar na elaboração da demonstração do resultado do exercício, apresentamos os balanços do início e do fim do período, com uma terceira coluna indicando a variação do poder geral de compra (PGC).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

CONTAS	31/DEZ/X1 (112)		31/DEZ/X0(100)		VARIAÇÃO PGC
	\$	PGC	\$	PGC	
Caixa	2.000	17,85	2.000	20,00	- 2,15
Valores a receber					
Nacional	3.000	26,78	3.000	30,00	- 3,22
Estrangeiro	4.846	43,28	3.500	35,00	+ 8,28
Estoques	24.000	214,28	15.000	150,00	+ 64,28
Ações	1000	8,94	6.000	60,00	- 51,06
Terrenos	40.000	357,14	25.000	250,00	+ 107,14
(+) ATIVO	74.846	668,27	54.500	545,00	+ 123,27
Fornecedores	8.000	71,43	8.000	80,00	- 8,57
Empréstimos	12.880	115,00	10.000	100,00	+ 15,00
(-) PASSIVO	20.880	186,43	18.000	180,00	+ 6,43
(=) ATIVO LIQUIDO	53.966	481,84	36.500	365,00	+ 116,84

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - JAN/DEZ X1

VENDAS.....	0,00
CMV.....	0,00
LUCRO BRUTO.....	0,00
Variação cambial: valores a receber = 8,28 x 112.....	927,00
Despesafinanceira:empréstimos:15,00 x112.....	(1.680,00)
Lucro anterior ao efeito inflacionário.....	= (753,00)
Perda no GPIM: Caixa: 2,15 PGC x 112.....	(240,00)
Perda em valores a receber nacionais: 3,22 x 112.....	(361,00)
Ganhos em fornecedores: 8,57 x 112.....	960,00 = (359,00)
Prejuízo realizado.....	= (394,00)
Ganhos (perdas) a realizar: estoques: 64,28 x 112 =.....	7.199,00
Ações: 51,06 x 112 =	(5.719,00)
errenos: 107,14 x 112 =	12.000,00 =13.480,00
LUCRO LÍQUIDO.....	= 13.086,00

Verifica-se que o lucro líquido de \$13.086,00 corresponde aos 116,84 de PGC do ativo líquido, que diminuiram, entre X0 e X1 ($116,84 \times 112 = 13.086,00$).

Vemos que, por este método, podemos identificar detalhadamente quais elementos patrimoniais proporcionaram acréscimos ou decréscimos de recursos durante o período, quando avaliados a valores correntes.

Pimentel (1986) defende que o melhor método de avaliação patrimonial é o *custo corrente corrigido*, por demonstrar, o mais próximo possível, o valor efetivo do patrimônio, assim como, na apuração dos resultados, demonstrar os recursos obtidos, avaliados ao real valor monetário deste resultado.

Pimentel (1986:121) faz o seguinte comentário: "Portanto, volta-se a comprovar que o método do Custo Corrente Corrigido é o que permite a elaboração de Relatórios Contábeis contendo números que permitem uma interpretação inteligível do que efetivamente ocorreu no patrimônio da empresa, em decorrência da perda de poder aquisitivo geral da moeda, e das variações de preços específicos."

Em seguida, considere-se o mesmo exemplo na hipótese de que tanto os valores a receber quanto os fornecedores serão liquidados em fevereiro de X2 e que o índice geral de preços nesta data seja de 120 e, ainda, que não existam encargos financeiros no período, considerando-se o transcurso do tempo junto aos elementos patrimoniais sujeitos aos efeitos inflacionários.

Assim, teremos os seguintes cálculos:

- Valores a Receber (em moeda nacional)

$$31/\text{dez}/x0 = \$3.000 \times 100/120 = \$2.500 / 100 = 25,00 \text{ PGC}$$

$$31/\text{dez}/x1 = \$3.000 \times 112/120 = \$2.800 / 112 = 25,00 \text{ PGC}$$

- Fornecedores:

$$31/\text{dez}/x0 = \$8.000 \times 100/120 = \$6.666/100 = 66,66 \text{ PGC}$$

$$31/\text{dez}/x1 = \$8.000 \times 112/120 = \$7.466/112 = 66,66 \text{ PGC}$$

NOVO BALANÇO PATRIMONIAL (Custo corrente Corrigido, combinado com o Método Temporal):

CONTAS	31/DEZ/X1 (140)		31/DEZ/X0 (100)		VARIAÇÃO
	\$	PGC	\$	PGC	PGC
Caixa	2.000,00	17,85	2.000,00	20,00	-2,15
Valores a Receber					
Nacional	2.500,00	25,00	2.800,00	25,00	--
Estrangeiro	4.846,00	43,28	3.500,00	35,00	+ 8,28
Estoques	24.000,00	214,28	15.000,00	150,00	+ 64,28
Ações	1.000,00	8,95	6.000,00	60,00	- 51,06
Terrenos	40.000,00	357,14	25.000,00	250,00	+ 107,14
(+) ATIVO	74.646,00	666,49	54.000,00	540,00	+ 126,49
Fornecedores	7.466,00	66,66	6.666,00	66,66	--
Empréstimos	12.880,00	115,00	10.000,00	100,00	+ 15,00
(-) PASSIVO	20.346,00	181,66	16.666,00	166,66	+ 15,200
(=) ATIVO LIQUIDO	54.300,00	484,83	37.334,00	373,34	+ 111,49

Obs: (+ 111,49 PGC X 112 = + 12.487,00)

5.1 Nova demonstração do resultado do exercício demonstração do resultado do exercício - jan/dez x1

VENDAS.....	0,00
CMV.....	0,00
LUCRO BRUTO.....	0,00
Variação cambial: valores a receber = 8,28 112.....	= 927,00
Despesa financeira: empréstimos: 15,00 x 112.....	= (1.680,00)
Lucro anterior ao efeito inflacionário.....	= (753,00)

Resultado da conversão monetária

- Caixa: 2,15 PGC x 112	= (240,00)
- Estoques: 64,28 PGC x 112.....	= 7.199,00

- Ações: 51,06 PGC x 112	= (5.719,00)
- Terrenos: 107,14 PGC x 112	= 12.000,00
LUCRO LÍQUIDO	= 12.487,00
(111,409 x 112 = 12.487,00)	

Pimentel (1986), através do Método Temporal, procura demonstrar que não existe necessidade imperativa de nos atermos aos conceitos de segregação de itens monetários e não monetários, inclusive por alguns elementos patrimoniais, em determinados momentos, abrangerem os dois conceitos (despesas antecipadas, por exemplo).

O mesmo autor ainda demonstra que, mesmo quando se utiliza o custo histórico corrigido, embora os resultados sejam diferentes daqueles identificados pelo custo corrente corrigido, ao combinar com o Método Temporal, confirma-se que o lucro a ser distribuído pode ser identificado tanto pela abordagem estática (ativo líquido a ser mantido) quanto pela abordagem dinâmica (lucro ajustado à manutenção financeira da empresa).

6. Considerações finais

O objetivo deste texto foi demonstrar alguns aspectos sobre a correta identificação do lucro a ser distribuído.

Para isso, utilizamos a pesquisa desenvolvida por Pimentel (1986), onde o autor comenta que, "valendo-se de exemplos ilustrativos extremamente simplificados, demonstramos que o método relevante de avaliação patrimonial é o do custo corrente corrigido, quando se tem por objetivo identificar o Lucro que pode ser distribuído sem reduzir o capital investido na empresa pelos seus proprietários, em termos de poder geral de compra." (1986:309).

Procurou-se evidenciar que a identificação do lucro, em primeiro lugar, já apresenta vários questionamentos, pois depende de qual critério tenha sido escolhido para avaliar e mensurar os ativos e, conseqüentemente, os resultados obtidos.

No transcurso deste texto, observou-se uma forma para encontrar o lucro distribuível sob uma abordagem estática (ativo líquido), quando se identifica o lucro distribuível máximo (LDM).

No mesmo enfoque, sob a abordagem dinâmica, identificamos o LUCRO-BASE ajustado, utilizado para identificar o valor passível de distribuição (VPD).

Através do estudo de Pimentel (1986), fica demonstrado que, utilizando-se ajustes, chega-se a um mesmo valor para o LDM e para o VPD quando se adota o método denominado "Método Temporal", sistematizando os ajustes utilizados na identificação do LDM e do VPD.

Alem da proposição do Método Temporal, o autor, baseando-se nas técnicas da correção monetária integral, sugere em seus estudos sobre os efeitos inflacionários nos elementos patrimoniais das empresas, que a contabilidade passe a utilizar "números índices" no registro dos atos e fatos ocorridos na empresa (mensuráveis em moeda), para desta forma poder informar, efetivamente, o real valor patrimonial da empresa, em concordância com um efetivo poder geral de compra (avaliados a custo histórico corrigido, permanentemente).

Não obstante, muito embora os estudos mencionados demonstrem quão importantes são os aspectos que cercam a distribuição dos lucros, vemos que, na prática, algumas empresas não utilizam nenhuma metodologia nesta distribuição.

Em muitos casos, os proprietários utilizam a abordagem do proprietário sobre o patrimônio líquido da empresa, pois, para qualquer valor, em qualquer momento, o lucro identificado, e quando identificado, assim como o próprio capital investido no empreendimento, é de propriedade do sócio ou acionista; portanto, cabem apenas a eles os critérios para a retirada dos recursos que ora são deles mesmos!

Embora este fato possa, em determinado momento, retribuir o investimento realizado, ele poderá, ao mesmo tempo, determinar o desaparecimento da empresa, o que, infelizmente, tem se verificado com freqüência, conforme relatos diversos publicados em periódicos de circulação pública.

Assim, quando a classe contábil procura demonstrar que o reinvestimento pode proporcionar uma perspectiva ainda maior de rentabilidade para os sócios/acionistas, ainda existe por demais o que se conhece como "sangria" pura e simples na empresa.

Em razão deste aspecto comportamental, este texto não pretendeu determinar procedimentos, mas disponibilizar técnicas que colaborem na tomada de decisão sobre a distribuição dos lucros, como também para manutenção da capacidade de gerar riquezas, tão importante quanto outras questões que cercam a gestão das empresas.

Referências

ALMEIDA, Maria Goreth Miranda. HAJI, Zaina Said El. Mensuração e avaliação do ativo: uma revisão conceitual e uma abordagem do goodwill. **Caderno de Estudos FIPECAFI** - n.º 16. São Paulo/ SP. 1997.

JUDÍCIBUS, Sérgio de, **Teoria da contabilidade**. 5a. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

JALORETTO, José Gilberto. Lucro distribuível - **Caderno de Estudos FIPECAFI** nr. 05 - São Paulo/SP., 1.996.

PEREIRA, Anísio Cândido. **Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras - ensaio de abordagem social**. Tese (Doutorado em Contabilidade). FEA/USP. São Paulo/SP. 1993.

PIMENTEL, Joede da Silva. **Contribuição ao estudo da avaliação contábil do lucro passível de distribuição**. Tese (Doutorado em Contabilidade). FEA/ USP. São Paulo /SP., 1.986.

PONTE, Vera. Uma mensuração de lucro centrada em evidenciar o acréscimo de valor no ativo líquido. **Caderno de Estudos FIPECAFI** - n.º 17 - São Paulo / SP., 1.998.

SANTOS, Ariovaldo dos; MARTINS, Eliseu. Efeitos da inflação? Olhem bem os balanços do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. **IOB – Temática Contábil**. Boletim 1/2000. paginas 1 a 6. 2000.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Avaliação patrimonial em contabilidade a valores de entrada e de saída. **Caderno de Estudos FIPECAFI**, n.º 06, São Paulo/SP., 1.996.